

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 532/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO****1- Processo TCE nº 1648/2008 – 7 volumes.****2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SEMDIH.**4- Exercício:** 2007.**5- Responsável:** Sr. Francisco Jorge Ribeiro Guimarães, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Ordenador de Despesas.**6- Unidade Técnica:** DICAD – Informação nº 99/2014/DICAD-MA (fls. 1308/1310).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2399/2014-MP-RMAM (fls. 1311), da lavra do Procurador de Contas Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.**8- Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SEMDIH. Exercício de 2007.*Contas irregulares. Multas ao responsável. Prazo para recolhimento. Recomendação ao MPC/TCE/AM. Determinação à SEPLENO.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A:

9.1 – À unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, concordando em parte com os posicionamentos exarados pelos Órgãos Técnico e Ministerial:

9.1.1 - Julgue IRREGULAR, nos termos do artigo 18, inciso II da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 188, §1º, inciso III, alínea “b”, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2007, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SEMDIH, de responsabilidade do Senhor **Francisco Jorge Ribeiro Guimarães**, ex-Secretário Municipal da SEMDIH e Ordenador de Despesas, à época;

9.1.2 - Recomendar ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual quanto à responsabilidade do Francisco Jorge Ribeiro Guimarães ex-Secretário Municipal de Direitos Humanos e Ordenador de Despesas, no exercício de 2007, encaminhando cópias autenticadas dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, tudo nos termos do art. 129, inciso I da CR/88, c/c art. 114, III, da Lei 2423/96 e art. 54, XII, da Res. n. 4/2002;

9.1.3 - Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.1.3.1 - Encaminhe, à atual Administração da Secretaria Municipal de Direitos Humanos - SEMDIH, as cópias reprográficas das Informações n. 26/2013 – fls.

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 532/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

1256 a 1263 e n. 99/2014 – fls. 1308/1312 e 1308/1310 – DICAD-MA e dos Pareceres nºs 2138/2012, fls. 1150/1156 e 2399/2014, fl. 1311, para que deles colham as recomendações ali expostas, evitando, no futuro, reincidir nas mesmas falhas;

9.1.3.2 - Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução n. 04/2002 - RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE;

9.2 – Por maioria, nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que divergiu do Relator quanto à fundamentação legal utilizada nos itens 2.1 e 2.2 e o valor da multa aplicada no item 2.2 do Relatório/Voto:

9.2.1 - Na forma prevista nos artigos 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, aplicar ao Senhor **Francisco Jorge Ribeiro Guimarães**, as seguintes multas:

9.2.1.1 - no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, de acordo com o artigo 54, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 (LOTCE), c/c o artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, em razão de contas julgadas irregulares de que não resulte dano ao erário;

9.2.1.2 - no valor de **R\$4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), de acordo com o artigo 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996, c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 (RITCE), em razão da injustificada fragmentação de despesas na compra de alimentos e fornecimento de refeições, na forma apontada pela Comissão de Inspeção;

9.2.2 - **Fixar** o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RI), para que o Sr. **Francisco Jorge Ribeiro Guimarães**, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (art. 55, da Lei 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Secção III, do Capítulo X, da Resolução TC 4/2002 (RITCE).

10- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 15 de outubro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral